Continuação

Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

quinhentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e quarenta e um mil) dividido em 494.118 milhões de ações ordinárias. A movimentação do capital social e das ações integralizadas está assim apresentada.

	R$ mil	Quant. de ações (mil)
	400.000	400.000
RCA 07/07 - Aumento de capital	1.152.941	94.118
31 de dezembro de 2021	1.552.941	494.118
RCA 31/01 - Aumento de capital	**4.800**	**500**
RCA 24/03 - Aumento de capital	**3.088**	**1.600**
RCA 23/12 - Aumento de capital	**1.600**	**800**
31 de dezembro de 2022	**1.562.429**	**497.018**

Em conexão com seu processo de IPO, realizado no terceiro trimestre de 2021, a Companhia incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R$ 70.801 (R$ 46.729, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica do capital social, conforme CPC 08 (R1) (IAS 32). Em 31 de janeiro de 2022, realizou a oferta pública de distribuição primária de ações nos termos da Instrução CVM nº 400. Esta nova oferta incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R$ 298 (R$ 196, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido. O quadro abaixo demonstra a composição do capital social da Companhia:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	**1.562.429**	1.552.941
(-) Custos com a emissão de ações	**(71.099)**	(70.801)
Efeito tributário s/custos c/emissão de ações	**24.174**	24.072
Total	**1.515.504**	1.506.212

Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R$ 2.952 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 3.900 em 31 de dezembro de 2021). Reserva de capital: A reserva de capital foi constituída em decorrência da implementação do plano de ações da Companhia, conforme Nota 26, sendo registrado o montante de R$ 25.086 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 13.311 em 31 de dezembro de 2021). Reserva de lucros - *Reserva para incentivos fiscais* - As reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua originação: (i) Crédito presumido de ICMS: Refere-se ao incentivo fiscal do crédito presumido de ICMS decorrente do Decreto 37.699/97, conforme descrito na Nota 25. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado em Mandado de Segurança, no qual, entende a Companhia, que foi reconhecido tratamento diferenciado em relação aos demais benefícios fiscais que frui. A decisão está baseada no fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS seria uma violação do pacto federativo (art. 150, VI, a, da CF), ou seja, houve o reconhecimento do direito à não tributação definitiva desses incentivos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reverteu tal reserva amparada na sua decisão judicial que garante a não tributação definitiva dos incentivos, e dessa forma ser dispensada a obrigação de constituição de reserva para esse fim. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia havia constituído reserva para incentivos fiscais referente ao benefício do crédito presumido de ICMS, no valor de R$ 68.205. (ii) Isenção e redução de base de cálculo do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS n. 100 de 1997 e n. 52 de 1991, descritos na Nota 25, classificados como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS, no valor total de R$ 341.286 (R$ 333.691 líquido do efeito da distribuição de dividendos), sendo deste total R$154.351 originado da reversão da reserva do crédito presumido de ICMS e R$ 186.935 originados do resultado do exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 o valor registrado era de R$ 319.399 (R$ 305.478, líquido do efeito da distribuição de dividendos). (iii) Diferimento da tributação do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes. No caso do farelo, o ICMS está dispensado quando da entrada da soja (matéria prima do farelo) com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês. No caso do fertilizante, o ICMS está dispensado quando da entrada de mercadoria com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Essa reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente ao benefício de diferimento do ICMS, no valor de R$ 292.584. *Reserva legal:* É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei n° 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, não houve constituição da reserva legal, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente à reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a reversão de parcela da reserva para incentivos fiscais, sendo tal parcela revertida referente a reserva constituída relativa ao crédito presumido de ICMS, tendo em vista a natureza desse incentivo e portanto, não seria aplicável a constituição de tal reserva. Com isso, destinou-se o montante de R$ 4.768 para cobertura da Reserva Legal de anos anteriores. Para o exercício de 2022, foi constituída Reserva Legal de R$ 4.643 com base no lucro líquido resultante após a constituição das Reservas para incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Reserva Legal é de R$ 12.456 (em 31 de dezembro de 2021, o montante de reserva legal foi de R$ 3.045). *Reserva de investimento*: A reserva de investimento tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. Esta reserva obedece aos limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. Para o exercício de 2022, foi constituída Reserva de Investimento de R$ 26.216 com base no lucro líquido resultante após a constituição das reservas de incentivos fiscais, reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais propostos. Dividendos: Em 27 de abril de 2022, a Companhia realizou sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, onde aprovou o pagamento de dividendos como destinação dos resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A distribuição aconteceu com base no saldo da reserva de incentivos fiscais da Companhia, do qual R$ 21.515 foram destinados para distribuição de dividendos, composto por dividendo intercalar, já pago no mês de setembro de 2021, no valor total líquido de R$ 13.921 e dividendo complementar pago no valor de R$ 7.595 em 10 de maio de 2022. Conforme determina o artigo 30, § 2º, da Lei 12.973/14, a Companhia possui a prática de oferecer a tributação do imposto de renda e da contribuição social os valores que integraram a base de cálculo dos dividendos distribuídos à conta de reserva para incentivos fiscais. De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 5% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Em 31 de dezembro de 2022, o valor destinado como dividendo mínimo obrigatório foi de R$ 4.173. Adicionalmente, a Companhia propôs a destinação como dividendo adicional proposto o valor de R$53.066, o qual será objeto de aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em data futura. Em 31 de dezembro de 2021, o valor do lucro líquido foi integralmente destinado à constituição da reserva para incentivos fiscais. A composição dos cálculos dos dividendos, bem como da destinação do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é apresentada abaixo:

		31/12/2022
Lucro líquido do exercício		571.437
Ajuste de avaliação patrimonial		948
Lucro do exercício		**572.385**
Reserva de subvenção		(479.519)
Reserva legal 2022	5%	(4.643)
Reserva legal anos anteriores	5%	(4.768)
Lucro livre a destinar		**83.455**
Dividendos obrigatórios	5%	4.173
Dividendo adicional proposto (*)		53.066
Dividendo total		**57.239**
Saldo destinado a reserva de investimento		**26.216**

(*) Proposta da administração a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

24. Lucro por ação: De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período dos planos de opções de ações.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**571.437**	430.306
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	**495.835**	445.898
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	**501.587**	451.140
Lucro básico por ação - em reais (R$)	**1,15247**	0,96503
Lucro diluído por ação - em reais (R$)	**1,13926**	0,95382

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**571.174**	430.306
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	**495.835**	445.898
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	**501.587**	451.140
Lucro básico por ação - em reais (R$)	**1,15194**	0,96503
Lucro diluído por ação - em reais (R$)	**1,13873**	0,95382

25. Subvenções governamentais: As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: (i) incentivos fiscais estaduais de ICMS (crédito presumido, isenções e redução de base de cálculo e diferimento); e (ii) incentivos fiscais federais de PIS e COFINS (créditos presumidos). Os incentivos fiscais estaduais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção dos valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais. Especificamente para os incentivos fiscais de isenção e redução da base de cálculo e diferimento do ICMS, ao efetuar a exclusão da apuração do imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetua a constituição de reserva para incentivos fiscais no mesmo montante. No quadro abaixo segue detalhamento dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício de 2022.

	Controladora e Consolidado	Controladora
Incentivos	31/12/2022	31/12/2021
Crédito presumido de ICMS sobre farelo e biodiesel	84.300	68.205
Isenções e reduções de base de cálculo de ICMS de insumos	240.657	294.441
Diferimento da tributação do ICMS no farelo e fertilizantes	292.584	-
Total incentivos fiscais estaduais	**617.541**	**362.646**
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota explicativa 20)	209.964	123.300
Créditos presumidos de PIS/COFINS sobre industrialização de soja	91.686	73.782
Total incentivos fiscais federais	**91.686**	**73.782**
Total	**709.227**	**436.428**

Incentivos fiscais estaduais - *Crédito presumido de ICMS:* A Companhia apura crédito presumido de ICMS, conforme decreto 37.699/97, do Governo do Estado do RS, calculado com base em 57% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, desde que a soja esmagada tenha origem do Estado. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a recolher em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado do Mandado de Segurança no qual foi reconhecido que os valores relativos ao crédito presumido de ICMS não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS ofenderia o princípio do pacto federativo, no montante de R$ 43.649 referente ao período de 2014 a 2017. Ainda, na referida sentença foi reconhecido o direito à compensação ou restituição administrativa do montante apurado, respeitado o prazo quinquenal, com atualização SELIC para os períodos em que a Companhia apresentou lucro tributado sobre este tipo de benefício. Para os períodos em que a Companhia apresentou prejuízo fiscal, o montante reconhecido refletiu como um aumento do montante de prejuízo fiscal. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R$ 84.300 e R$ 68.205, respectivamente. *Isenção e redução de base de cálculo do ICMS:* As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos a isenções e reduções de base de cálculo do ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Em 2020, a Companhia retificou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social, reconhecendo o montante de R$ 110.382 de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R$ 101.120 referem-se ao valor de principal e R$ 9.261 aos juros e atualização monetária. Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R$ 240.657 (R$ 294.441 em 31 de dezembro de 2021). *Diferimento da tributação do ICMS:* As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes ao diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes. No caso do farelo, o ICMS diferido da soja, está dispensando na saída do farelo exportado a responsabilidade de pagamento ICMS anterior de matérias primas diferidas, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês. No caso do fertilizante, através do decreto 56227 de 07/12/2021 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 passou de isenção para diferimento o ICMS, dispensando na saída da mercadoria a responsabilidade de pagamento ICMS anterior, nos termos do artigo 3º, do Livro III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R$ 292.584. Incentivo fiscal federal - *Crédito presumido de PIS e COFINS:* A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei Federal 12.865 de 10/10/2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado através da receita de venda de cada produto. No que diz respeito a sua natureza, os créditos presumidos de PIS e COFINS possuem a natureza de subvenção para custeio. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R$ 91.686 (R$ 73.782 em 31 de dezembro de 2021).

26. Pagamento baseado em ações: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia. O "Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 8.000.000 (oito milhões) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 5 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 03 de março de 2021. O período de carência (vesting) é de 1 ano com liberações de 20% anuais a partir do primeiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do primeiro programa foi fixado em R$ 1,75 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R$ 4,39. O "Segundo Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 07 de março de 2022. O período de carência (vesting) é de 2 anos com liberações de 40% após o prazo de carência e mais 60% após 4 anos. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R$ 7,52 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R$ 5,97. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção. O "Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 240.000 (duzentos e quarenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 27 de outubro de 2022 de maneira retroativa a 3 de março de 2022. O período de carência (vesting) é de 1 ano com liberações gradativas ao longo do período de duração do programa. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R$ 8,87 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R$ 4,51. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção. A Companhia reconhece o custo com os planos de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial. Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos. Quando da outorga do primeiro programa, a Companhia não possuía histórico de preços de mercado para nossas ações ordinárias porque nossas ações não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabeleceu-se o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (income approach, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)). A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada para refletir os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade. Quando da outorga do segundo programa foram utilizadas premissas para o cálculo do valor justo da opção da ação. As premissas utilizadas para o cálculo foram o preço da ação da Companhia na data da outorga, que hoje é negociada publicamente, o preço de exercício da opção, os prazos de vestings e o dividend yield definidos em contrato, a taxa de juros livre de risco (DI - Futuro) e a taxa projetada para a correção do preço de exercício (IPCA) estabelecidos pelo mercado. A volatilidade foi baseada no histórico do preço da ação de um peer group, uma vez que o histórico do preço da ação da Companhia ainda é pequeno. Em caso de alteração de fatores e premissas, o custo de planos de opção de compra de ações futuras pode ser significativamente diferente do que registrado atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga. A despesa com plano de opções reconhecida no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$ 11.775 (R$ 13.311 em 31 de dezembro de 2021). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 totaliza R$ 25.086 (R$ 13.311 em 31 de dezembro de 2021). A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado em cada programa vigente em 31 de dezembro de 2022:

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa
Número de opções outorgadas	8.000.000	1.050.000	240.000
Data da outorga	03/03/2021	07/03/2022	03/03/2022
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R$)	4,39	5,97	4,51
Rendimento de dividendos (%)	1,15%	1,15%	1,15%
Volatilidade esperada média (%)	36,76%	34,83%	33,62%
Tx .de retorno livre de risco média (%)			
1º Vencimento	4,20%	12,38%	12,80%
2º Vencimento	6,06%	12,11%	12,05%
3º Vencimento	6,98%	-	11,63%
4º Vencimento	7,51%	-	11,49%
5º Vencimento	7,71%	-	-
Prazo de vida esperado das ações (anos)			
1º Vencimento	1	2	1
2º Vencimento	2	4	2
3º Vencimento	3	-	3
4º Vencimento	4	-	4
5º Vencimento	5	-	-
Preço de exercício das opções (R$)	1,75	7,52	8,87
Média ponderada do preço das ações (R$)	6,13	11,11	11,00

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de - 03/03/2023	68%	1.280
A partir de - 03/03/2024	91%	1.700
A partir de - 03/03/2025	66%	1.240
A partir de - 03/03/2026	100%	1.870

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve exercício de opções de ações conforme comentado abaixo. No período ocorreu o cancelamento de 800 ações pertencentes a profissional participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Em 24 de março de 2022, foram exercidas as opções de compra de 1.600.000 ações ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R$ 3.088, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R$ 1,93. Em 23 de dezembro de 2022, foram exercidas as opções de compra de 800.000 ações ordinárias sem valor nominal, subscritas e integralizadas por empregado da Companhia participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R$ 1.600, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R$ 2. Os efeitos no patrimônio líquido referente ao exercício dessas opções de ações estão detalhados na Nota Explicativa 23. As movimentações das ações outorgadas nos programas de 2021 e 2022, estão apresentadas como segue:

	Quantidade de Ações					
Plano	**Ano da Outorga**	**Saldo em 31/12/2021**	**Outorgadas**	**Exercidas**	**Canceladas**	**Saldo em 31/12/2022**
1º Plano	2021	8.000	-	(2.400)	(800)	4.800
2º Plano	2022	-	1.050	-	-	1.050
3º Plano	2022	-	240	-	-	240
		8.000	**1.290**	**(2.400)**	**(800)**	**6.090**

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício 31/12/2022	Número de opções 31/12/2022
Em circulação em 1° de janeiro	R$ 1,75	8.000
Outorgadas durante o período	R$ 7,77	1.290
Exercidas durante o período	R$ 1,75	(2.400)
Canceladas durante o período	R$ 1,75	(800)
Em circulação	R$ 3,03	6.090
Exercíveis	R$ -	-

	Média ponderada do preço de exercício 31/12/2021	Número de opções 31/12/2021
Em circulação em 1° de janeiro	R$ -	-
Outorgadas durante o período	R$ 1,75	8.000
Exercidas durante o período	R$ -	-
Canceladas durante o período	R$ -	-
Em circulação	R$ 1,75	8.000
Exercíveis	R$ -	-

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2022 possuem um preço de exercício na faixa entre R$ 1,75 a R$ 8,87 (R$ 1,75 em 31 de dezembro de 2021).

27. Informações por segmento: Informações referentes aos resultados de cada segmento estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto, pois a Administração utiliza essa mesma informação na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias, bem como é a informação recebida e utilizada pelo principal tomador de decisões operacionais. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela Administração da Companhia. Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos: (i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos. (ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações decorrente do recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "CPR". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados. (iii) Indústria: compreende as operações decorrentes da industrialização de soja, com a produção de farelo e biodiesel. A Companhia define seus segmentos em insumos, grãos e indústria e estão assim compostos:

	Controladora	
	01/10/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022
Receita operac. líquida		
Insumos	**1.031.614**	**2.535.397**
Grãos	**296.077**	**1.347.473**
Indústria	**828.175**	**3.002.392**
	2.155.866	**6.885.262**
Custo mercadorias e produtos vendidos		
Insumos	**(745.401)**	**(1.934.724)**
Grãos	**(242.970)**	**(1.214.505)**
Indústria	**(731.695)**	**(2.645.611)**
	(1.720.066)	**(5.794.840)**
Lucro bruto antes do ajuste a valor justo		
Insumos	**286.213**	**600.673**
Grãos	**53.107**	**132.968**
Indústria	**96.480**	**356.781**
Ajuste a valor justo	**435.800**	**1.090.422**
Lucro bruto	**(45.543)**	**(47.700)**
	390.257	**1.042.722**

	Controladora	
	01/10/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita operac. líquida		
Insumos	639.185	1.534.116
Grãos	335.128	1.412.296
Indústria	660.806	2.392.905
	1.635.119	5.339.317
Custo mercadorias e produtos vendidos		
Insumos	(453.558)	(1.167.376)
Grãos	(302.913)	(1.300.633)
Indústria	(589.653)	(2.056.383)
	(1.346.124)	(4.524.392)
Lucro bruto antes do ajuste a valor justo		
Insumos	185.627	366.740
Grãos	32.215	111.663
Indústria	71.153	336.522
Ajuste a valor justo	288.995	814.925
Lucro bruto	(93.724)	(113.871)
	195.271	701.054

	Consolidado	
	01/10/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022
Receita operac. líquida		
Insumos	**1.031.614**	**2.535.397**
Grãos	**296.600**	**1.348.050**
Indústria	**828.175**	**3.002.392**
	2.156.389	**6.885.839**
Custo mercadorias e produtos vendidos		
Insumos	**(745.401)**	**(1.934.724)**
Grãos	**(242.970)**	**(1.214.505)**
Indústria	**(731.695)**	**(2.645.611)**
	(1.720.066)	**(5.794.840)**
Lucro bruto antes do ajuste a valor justo		
Insumos	**286.213**	**600.673**
Grãos	**53.630**	**133.545**
Indústria	**96.480**	**356.781**
Ajuste a valor justo	**436.323**	**1.090.999**
Lucro bruto	**(45.543)**	**(47.700)**
	390.780	**1.043.299**

Receita por cliente: O montante da receita proveniente dos principais clientes é assim representado:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	
Cliente	**Produto**	**% s/ Receita líquida**
Cliente 1	Farelo	17,58%
Cliente 2	Biodiesel	8,99%
Cliente 3	Biodiesel	3,81%
Cliente 4	Grãos	3,74%
Cliente 5	Biodiesel	3,37%
Cliente 6	Grãos	3,06%

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2021	
Cliente	**Produto**	**% s/ Receita líquida**
Cliente 1	Farelo	12,51%
Cliente 2	Biodiesel	10,75%
Cliente 3	Grãos	6,04%
Cliente 4	Biodiesel	4,62%
Cliente 5	Biodiesel	3,49%
Cliente 6	Grãos	2,89%

Localização geográfica: As informações abaixo sobre a receita de exportação, consideraram a localidade do cliente.

	Controladora e Consolidado	Controladora
País	31/12/2022	31/12/2021
Itália	**1.055.166**	667.997
Suíça	**-**	4.354
Uruguai	**48.339**	11.582
	1.103.505	683.933

28. Transações não caixa: A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades operacionais e de investimentos, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou operação de risk Sharing que gerou o reconhecimento de um passivo de empréstimo para a Companhia, cujo montante foi depositado diretamente para fornecedor da Companhia para pagamento de compras já realizadas ou futuras, sem efeito no caixa da Companhia. Essa operação gerou o registro da baixa dos títulos em aberto com o fornecedor e o reconhecimento de um adiantamento para o fornecedor a ser utilizado para quitação de títulos futuros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia deixou de efetuar pagamentos de aquisições de ativo imobilizado no montante de R$ 23.862, tendo em vista que tal montante encontra-se a pagar a fornecedores, não tendo ocorrido saídas de caixa em 31 de dezembro de 2022 referente a este montante.

DIRETORIA

Luiz Osório Dumoncel - Diretor Presidente.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Três Tentos Agroindustrial S.A. Santa Bárbara do Sul - RS.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Três Tentos Agroindustrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Três Tentos Agroindustrial S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do valor justo de ativos e passivos atrelados à *commodities:*** Veja as Notas 3 (b), 5, 7, 8 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principais assuntos de auditoria:** Em função da natureza de suas operações, a Companhia mantém transações ativas e passivas como estoques, cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), fornecedores à fixar e contratos a termo, que são atreladas à commodities e estão mensuradas pelo seu valor justo. A determinação do valor justo considera a política

continua ...